Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 74/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/3426/2019
PROTOCOLO	: 1959984
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO SUL
INTERESSADO (A)	: NILZA RAMOS FERREIRA MARQUES
TIPO DE PROCESSO	: PEDIDO DE REVISÃO
RELATOR	: Cons. MARCIO CAMPOS MONTEIRO

PEDIDO DE REVISÃO. REFIS. QUITAÇÃO DA MULTA. ARQUIVAMENTO.

Vistos, etc.

Versam os presentes autos sobre Pedido de Revisão proposto pela senhora Nilza Ramos Ferreira Marques (CPF 312.512.261-91), em desfavor do Acórdão do Tribunal Pleno - DELIBERAÇÃO AC00 - G.ICN - 966/2015, lançada aos autos TC/2330/2015, que resultou na aplicação de penalidade pecuniária, em razão da remessa intempestiva de documentos ao Tribunal de Contas TCE/MS.

Frisa-se que o Acórdão 966/2015 foi objeto de Recurso Ordinário, tendo sido julgado através do Acórdão do Tribunal Pleno - DELIBERAÇÃO AC00 - 2521/2018, que conheceu do Recurso e julgou pelo parcial provimento, alterando o teor da decisão no que se refere a redução da multa antes arbitrada.

Constata-se, pela certidão de quitação de multa (peça 30) dos autos principais, que o jurisdicionado aderiu ao REFIS instituído pela Lei n.º 5.454/2019.

Por conseguinte, nos termos do artigo 3º da Lei n.º 5.454/2019[1], ao optar pela adesão ao programa, o mesmo abdicou ao direito de discutir o crédito devido.

Instado a manifestar-se, o Ministério Público de Contas opinou pelo arquivamento do presente processo, em virtude da quitação da multa aplicada ao responsável.

[1] Art. 3º (...) §6º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos neste artigo constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, **renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC**.

Por meio da documentação acostada nos autos, verifica-se que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos para baixa do feito.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 11, V, do RITCE/MS, acompanhando o entendimento do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

I. EXTINGUIR os presentes autos, em razão da consumação do controle externo, nos termos do artigo 186, V, *a*, do RITC/MS c/c art. 6º, §2º, da Instrução Normativa n.º 13/2020;

II. Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar n.º 160/2012;

III. Que seja certificado o presente arquivamento nos autos do processo originário.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos à Gerência de Controle Institucional para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 11 de janeiro de 2021.

CONSELHEIRO MARCIO MONTEIRO

RELATOR

Ecl.